

Sarney luta para consolidar mandato

Ele tem prometido luta contra inflação para garantir os cinco anos

A. C. SCARTEZINI
Especial para o CORREIO

Com a nova tendência na Constituinte pelos seus cinco anos de mandato na Presidência, prepara-se agora o presidente Sarney para consolidar a posição com uma luta vigorosa contra a inflação. "Vamos combater a inflação rígida e rapidamente", promete Sarney aos amigos, consciente de que a sorte do seu Governo se joga nas taxas inflacionárias.

A expectativa presidencial é de que a taxa da inflação ainda seja alta em janeiro, mas que comece a declinar em fevereiro, quando a duração do contrato de aluguel do Planalto por Sarney entra na fase de decisão final pela Constituinte. "A inflação pode trazer de volta a tendência pelos quatro anos de mandato", adverte o senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS.

Suspeita o senador Passarinho de que a corrente pelos quatro anos vai, agora, partir para uma mobilização de ruas contra os cinco anos para pressionar a Constituinte na sua última etapa de decisão. "A pressão popular não vai aceitar os cinco anos", confirma a suspeita o senador José Richa, um dos líderes do grupo a favor do mandato menor.

A pressão social alimenta-se na crise econômica e a vontade de Sarney pode reduzir a inflação nos dois próximos meses, mas pouca coisa pode ser feita além de se segurar a sua taxa por prazo curto. "É preciso que o mandato seja votado agora pela Constituinte se se quiser garantir os cinco anos", aconselha Passarinho.

Votado logo, o mandato de cinco anos se valeria não apenas de uma queda passageira na inflação, mas poderia se antecipar a pressões externas sobre a Constituinte. Além disso, aproveitaria o impacto positivo que a emenda dos cinco anos, com suas 316 assinaturas, causou no aparelho governamental como um todo, sobretudo entre governadores e ministros, os maiores aliados que Sarney pode ter.

"A discussão disso é uma bobagem", assegura o senador Richa para quem es-



Passarinho prevê pressão

se impacto é uma ilusão, na medida em que as adesões à emenda partiriam de uma base falsa forçada por ministros e governadores com o apoio da maioria da imprensa. "A imprensa está engajada", diagnostica, decepcionado, sobretudo, com a falta de cobertura da televisão ao mandato de quatro anos.

O diagnóstico se confirma entre outras lideranças do PMDB pelos quatro anos, certas de que a vitória dos cinco é passageira. "As assinaturas só valem no papel", confia o senador Mário Covas que, na hora de votar, a maioria constituinte estará livre das pressões de governadores e ministros apoiados pelo Planalto.

"Assinatura não é voto", se recusa também o senador Fernando Henrique Cardoso a aceitar os 316 apoios à emenda como uma posição final de todos os seus assinantes. "qualquer que seja o dia da votação final do mandato, prevalecem os quatro anos", emenda José Richa, certo de que nem será necessária uma articulação social mais sofisticada.

MAIOR ERRO

Nessa impressão de Richa residiria o maior erro da corrente pelos quatro anos, conforme diagnosti-

ca, de outro lado partidário, Jarbas Passarinho. "Eles erraram, sobretudo, porque faltou ideologia ao movimento deles", explica o presidente do PDS. "Eles transformaram o mandato num julgamento pessoal do presidente Sarney e o desvincularam de uma opção ideológica".

Admite Passarinho que a reversão a favor dos cinco anos surgiu principalmente da pressão de alguns ministros e governadores, mas não deixa de observar uma conotação ideológica no fenômeno:

— Como chegar o fato de que a maioria é conservadora e teme a eleição de Brizola ou Lula à Presidência? No PDS ninguém gostaria de ver a eleição de um presidente do PDT, como Brizola, ou do PT, como Lula.

Se a eleição fosse este ano, conforme a tese do senador Passarinho, a crise social e econômica favoreceriam as candidaturas do ex-governador Leonel Brizola e do deputado Luís Inácio Lula da Silva, os quais, num segundo turno de votação, disporiam, inclusive, do voto de uma corrente ponderável do PMDB.

A consciência de que seria difícil ao PMDB mobilizar-se, no meio da crise, em torno de uma candidatura capaz de atravessar com sucesso os dois turnos da votação — principalmente o segundo, quando a disputa se radicaliza em dois pólos —, seria capaz de explicar a prevalência final do mandato de cinco anos para adiar a definição do sucessor de Sarney.

Outra razão para o adiamento da eleição seria a conscientização da maioria da Constituinte quanto às dificuldades para, em seguida à promulgação, ainda este ano, o Congresso Nacional votar as leis complementares, as Assembleias renovarem as Constituições estaduais, os partidos se engajarem nas eleições municipais e todos participarem da sucessão presidencial.

Tudo isso num período de mais ou menos sete meses, a partir da convicção de que os trabalhos da Constituinte não devem estar encerrados antes de abril, apesar da recente previsão do deputado Ulysses Guil-

marães de que a nova Constituinte pode estar pronta até março, o que leva a uma corrida pelos Estados.

POSIÇÃO DE ULYSSES

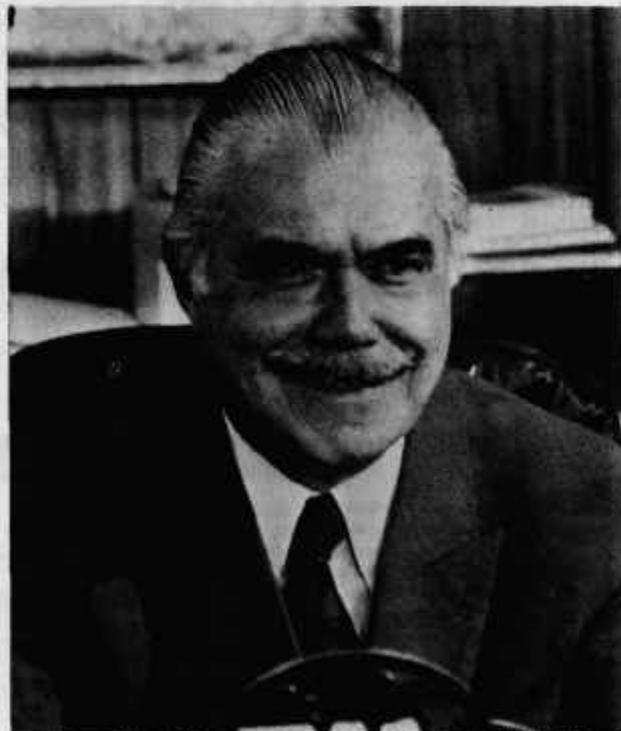
A decisão de Ulysses em voltar aos Estados junta-se ao diagnóstico de que os governadores, com a emenda dos cinco anos, assumem uma influência poderosa sobre a Constituinte, que ele preside com o PMDB. "Não há Federação sem os Estados", avisou Ulysses em Belo Horizonte, primeira escala de seu novo roteiro interestadual.

Como base da Federação, os Estados precisam de uma nova estrutura tributária que a Constituinte deve estabelecer e, por isso, seria necessário que os governadores se reunissem ao esforço para apressar a conclusão da Constituição em dois meses. Mas seria uma premissa falsa, pois a aplicação da reforma tributária ficaria para o próximo ano.

Enfim, a presença de Ulysses Guimarães nos Estados reabilita os governadores do PMDB para uma nova composição com o poder central face à tendência atual pelos cinco anos, depois que alguns deles se engajaram num mandato mais curto para Sarney, como o fluminense Moreira Franco, o baiano Waldir Pires e o pernambucano Miguel Arraes. Por pouco, escapa da relação o paulista Orestes Quêrcia, que chegou aos quatro anos mas não avançou neles como seus colegas.

Reabilita ainda os três ministros de Ulysses. Teoricamente, Renato Archer (Previdência), Celso Furtado (Cultura) e Luiz Henrique (Ciência e Tecnologia) deveriam acompanhar os "históricos" do partido nos quatro anos, no entanto o último dos três ministros já apolou publicamente a nova tendência do mandato.

Tendência que serve ao interesse de Ulysses Guimarães em continuar a dividir com Sarney as cotas do poder central, ao mesmo tempo em que, sem a concorrência de uma eventual candidatura do PMDB à Presidência da República que recaísse em outro nome, assegura-se o controle do partido.



Para ficar, Sarney promete luta contra inflação